



República de Moçambique

PROJECTO SUPORTE
INSTITUCIONAL AO
MINAG



Comissão Europeia

M a n u a l **(Participante)**

CURSO de GESTÃO de FINANÇAS PÚBLICAS

M I N A G

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção de Administração e Finanças

Moçambique, 2011



CREATION OF COMPETENCE FOR COMPETITION





República de Moçambique

PROJECTO SUPORTE
INSTITUCIONAL AO
MINAG



Comissão Europeia

Capítulo C 3

Planificação e Orçamentação

CURSO de GESTÃO de FINANÇAS PÚBLICAS
Direcção de Administração e Finanças



CREATION OF COMPETENCE FOR COMPETITION



INTRODUÇÃO AO CICLO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

Definição: Sistema de Gestão de Finanças Públicas (GFP)

É o conjunto de instituições, regras, regulamentos, procedimentos e processos através dos quais o Estado toma e implementa as suas decisões, com vista a alcançar seus objectivos políticos.

Os Objectivos de GFP no sector de Agricultura

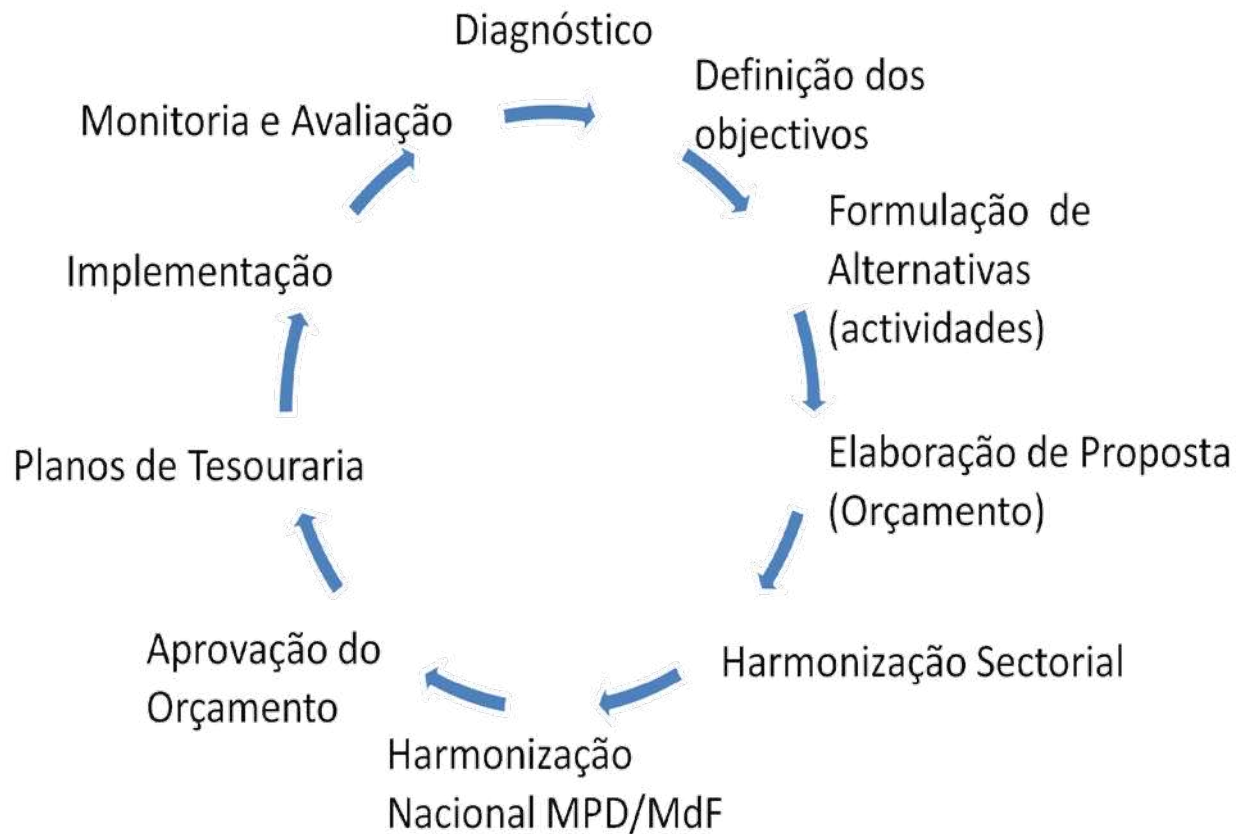
Objectivos	Nível de Gestão Orçamental	Tipo de Objectivo
Disciplina Fiscal Agregada	Controlo Geral da Despesa (forte papel do MdF)	Macroeconómico
Eficiência Alocativa	Alocação de Recursos (áreas estratégicas intersectoriais e prioritização de programas \projectos)	Politico (de Governo)
Eficiência Operacional	Prestação de Serviços (Direcções Nacionais, Programas, Projectos)	Desempenho Operacional

O CICLO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO

(geral)

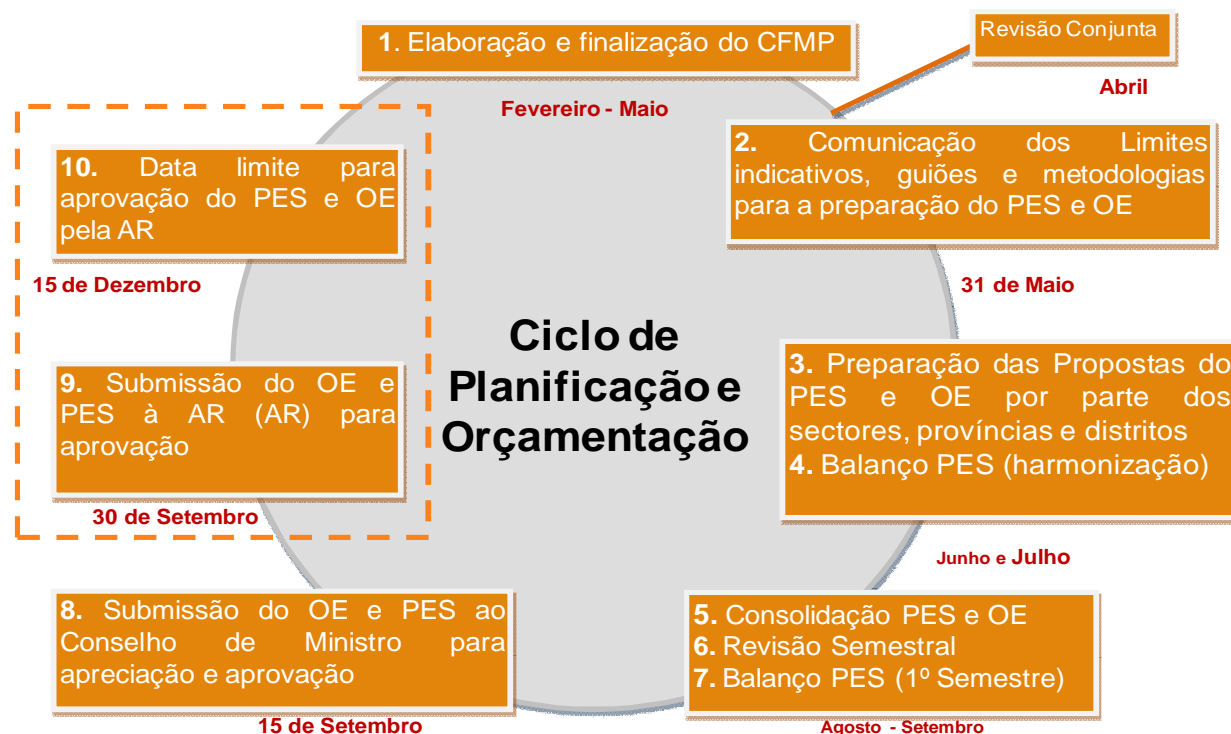


O CICLO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO - Nível Ministerial / MINAG -



CALENDÁRIO DE PLANIFICAÇÃO E ORÇAMENTAÇÃO E RELATÓRIOS

Resumo: Ciclo de Planificação e Orçamentação em Moçambique



Informação adicional: Elaboração e Aprovação da proposta orçamental



Calendário: Planificação e Orçamentação

Planeamento Estratégico (PQG, PARPA)	Após as Eleições Gerais
CFMP - Cenário Fiscal de Médio Prazo	Fevereiro - Maio
Envio da circular de preparação de OE aos sectores \ provincias \ distritos	31 de Maio
Envio da CGE pelo Governo à AR & Reenvio da CGE pela AR ao TA	31 de Maio
Submissão do Plano e Orçamento dos sectores \ provincias ao MF e MPD	31 Julho
Submissão da Proposta de Plano e Orçamento à AR	30 de Setembro
Análise pelas Comissões Parlamentares (com destaque para CPO)	Outubro e Novembro
Aprovação do Plano e Orçamento (Lei de OE)	Meados de Dezembro
REOs – Relatórios de Execução Orçamental	45 dias após final trimestre
TA envia à AR seu Relatório e Parecer sobre a CGE	30 de Setembro

Elaboração e Monitoria de Orçamentos (MEO) – no e-SISTAFE

O objectivo do MEO:

- Acolher a digitação das Propostas de Receita e de Despesa pelos técnicos de cada Unidade Gestora Beneficiária – UGB;
- Ou recolher electronicamente todas as *Propostas de Receita e de Despesa* de cada UGB;
- Facilitar o acompanhamento da elaboração das propostas pela Direcção Nacional do Orçamento – DNO, uma vez que a DNO pode visualizar *online* o que as UGBs estão a inserir no MEO
- Facilitar a busca do equilíbrio orçamental das *Propostas de Receita e de Despesa do Estado pela DNO*; e
- Produzir todos os mapas demonstrativos que integram a Lei do Orçamento do Estado.

Os modelos para a Orçamentação

- Instruções Gerais, sobre as partes comuns a todos os modelos, que devem ser preenchidas em cada um deles;
- Instruções do Modelo 01: para Receitas Consignadas e Próprias, modelo exclusivo de Previsão de Receitas de cada Órgão ou Instituição
- Instruções do Modelo 02: para a caracterização da Acção, que vai entrar na planificação (PES). Este modelo é válido para todas as Acções, sejam elas não orçamentais ou orçamentais. É preciso preencher um modelo para cada Acção;
- Instruções do Modelo 03: para descrever as *Metas Físicas de cada uma das Acções* (sejam elas não orçamentais ou orçamentais)
- Instruções do Modelo 04: para a *Caracterização do Financiamento da Acção*. Deve-se preencher um modelo para cada *Fonte de Recurso (FR)* de cada *Actividade Específica* ou de cada *Projecto de Investimento*;
- Instruções do Modelo 05: a ser preenchido para cada *Fonte de Recurso* de cada *Actividade Orçamental*. As *Actividades Orçamentais* incluem as Despesas Gerais de Funcionamento (OF-00) de cada órgão ou instituição, incluindo todos os OF's Distritais (OF-00 e os restantes OF's Distritais).
- Instruções do Modelo 06: para a *Meta Financeira*. Todas as *Actividades Específicas* e *Projectos de Investimento* devem ter *Metas Financeiras*. Deve-se preencher um modelo para cada *Fonte de Recurso (FR)* de cada *Actividade Específica* ou de cada *Projecto de Investimento*.

Princípios e regras gerais de elaboração do Orçamento do Estado

A Lei do SISTAFE impõe a observância de princípios e regras gerais na elaboração do Orçamento do Estado. Assim, de acordo com a referida Lei, na sua preparação e execução, o Orçamento do Estado observa, de entre outros os seguintes princípios e regras: **anualidade, unidade, universalidade, especificação, não compensação, não consignação, equilíbrio e publicidade.**

Anualidade •o OE tem um período de validade e de execução anual, sem prejuízo da existência de programas que impliquem encargos plurianuais.	unidade •o OE é apenas um.	universalidade •todas as receitas e todas as despesas que determinem alterações ao património do Estado devem ser obrigatoriamente inscritas no OE.	Especificação •cada receita e cada despesa deve ser suficientemente individualizada, excepto a dotação provisória que se destina à afectação para a realização de despesas não previsíveis e inadmiáveis.
não compensação •as receitas e despesas devem ser inscritas de forma líquida.	não consignação •o produto de quaisquer receitas não pode ser afectado à cobertura de determinadas despesas específicas, ressalvadas as excepções previstas	equilíbrio •todas as despesas previstas devem ser efectivamente cobertas por receitas inscritas no OE.	publicidade •a Lei Orçamental, as tabelas de receitas e as tabelas de despesas e bem assim as demais informações económicas e financeiras julgadas pertinentes devem ser publicadas em <i>BR</i> .

O respeito pelos referidos princípios e regras requer a sistematização das receitas e das despesas, de acordo com os diferentes classificadores orçamentais (económico, fonte de recurso, fonte de financiamento, orgânico, funcional e territorial) cuja aplicação é obrigatória. Exceptuando o classificador económico da despesa que também figura nas fichas de programação financeira, os restantes classificadores são apenas apresentados em anexo.

Resumo dos Modelos no MEO

Os Modelos são preenchidos por cada Órgão ou Instituição (Central, Provincial e Distrital) desde que satisfaça a "Condição" abaixo descrita:

Condição	1º Passo	Passo Seguinte	Obs
Se possui Receitas Consignadas e/ou Próprias	Preenchimento do Modelo 01	Nenhum	Termina com o preenchimento do Modelo 01
Se Acção	Preenchimento do Modelo 02	Definir se é Acção Não Orçamental ou Orçamental	
Se Acção Não Orçamental	Nenhum		Termina com o preenchimento do Modelo 02
Se Acção Orçamental	Definir se é Actividade ou Projecto		
Se Actividade	Definir se é OF-00 ou Actividade Específica		
Se OF-00 (incluindo todos os OF's Distritais)	Modelo 02 Preenchido, Preenche o Modelo 05	Nenhum	Termina com o preenchimento dos Modelos 02 e 05
Se Actividade Específica	Modelo 02 Preenchido, Preenche o Modelo 03		
	Preenche o Modelo 04		
	Preenche o Modelo 06		Termina com o preenchimento dos Modelos 02, 03, 04 e 06
Se Projecto de Investimento	Modelo 02 Preenchido, Preenche o Modelo 03		
	Preenche o Modelo 04		
	Preenche o Modelo 06		Termina com o preenchimento dos Modelos 02, 03, 04 e 06